



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Relações Internacionais

XIII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O BRASIL NOS BLOCOS ECONÔMICOS:
HISTÓRIA, TEORIA E MECANISMOS INTER-REGIONAIS E
MULTILATERAIS**

Gislene Nogueira

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. Carlos Pio

Brasília, 2012

Resumo

Este artigo relata a trajetória da integração econômica do Brasil e dá ênfase à participação do país em espaços inter-regionais e multilaterais. O texto começa com uma visão histórica sobre a tendência e o ritmo do processo global de integração econômica, que teve início no continente europeu no pós-Guerra. Em seguida, o trabalho retrata o contexto sul-americano e particularmente o processo que resultou na criação do Mercosul, o Mercado Comum do Sul. O texto explora também o surgimento do BRICS, um grupo informal formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O artigo apresenta as etapas de uma integração regional formal (área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica total) e narra a formação das estruturas informais de governança econômica e grupos como o G7.

Abstract

This paper recounts the trajectory of Brazil's economic integration with a special emphasis on the country's participation in inter-regional and multilateral schemes. It starts with a broad historical overview of the trend and pace of the global process of economic integration, which starts in post-War Continental Europe. It then switches to the South American context and particularly to the process that resulted in the creation of Mercosur, the Common Market of the South. It then explores the emergence of the BRICS, an informal group formed by Brazil, Russia, India, China and South Africa. The paper presents the stages of a formal regional integration (free trade area, customs union, common market and full economic union) and also narrates the formation of informal economic governance structures or groups, like the G7.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. Capítulo 1 - A história da formação dos blocos econômicos	6
2. Capítulo 2 - A teoria da integração econômica	16
2.1 - Os blocos formais	16
2.2 - Os grupos informais de países	19
3. Capítulo 3 - O Brasil na Integração Regional e nos Mecanismos Inter-regionais e Multilaterais	21
3.1 - A integração regional	21
3.2 - Mercosul: Mercado Comum do Sul	24
3.3 - Demais esforços de integração regional	29
3.4 - Mecanismos Inter-regionais e multilaterais	30
4. Considerações Finais	35
5. Referências	37

Introdução

Os países se organizam economicamente em formato de blocos econômicos atraídos pela perspectiva de ganhos. Assim nasceram União Europeia, Nafta, Mercosul, Alca e tantos outros. Atualmente, todos os continentes experimentam a integração econômica.

O principal bloco econômico que o Brasil integra é o Mercado Comum do Sul, o Mercosul. Apesar das assimetrias e constrangimentos, o bloco aproximou dois antigos rivais da América do Sul – Brasil e Argentina – e possibilitou a criação de uma nova forma de inserção internacional aos seus integrantes.

Além dos blocos formais, como o Mercosul, que assumiu um status de sujeito de direito internacional, a diplomacia brasileira têm feito um esforço no sentido de levar o país a participar cada vez mais ativamente de fóruns de discussão internacional, como o agrupamento do BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O BRICS surgiu de um jeito peculiar: os países sentaram-se à mesa de negociações depois de terem se tornado uma grife para o mercado financeiro. Foi da Rússia a iniciativa de juntar as chancelarias de um grupo de países que, até então, se encontravam apenas nas publicações de economia e cadernos de jornais¹. Em comum, as perspectivas de crescimento econômico acima da média mundial. Interesses, histórias e culturas formam um hiato de diferenças.

Acadêmicos veem com ceticismo a junção de nações diferentes e distantes. Sobre o tema, ponderam os professores Alfredo da Mota Menezes e Pio Penna Filho que é difícil acreditar que países distantes buscariam meios de se integrar. Para Antônio Jorge Ramalho, no entanto, o ambiente criado pelo

¹ Entrevista à autora com o embaixador Gilberto Moura, chefe do Departamento de Mecanismos Inter-regionais e chefe da Divisão IBAS e BRICS do Ministério de Relações Exteriores, Brasília, julho de 2011.

BRICS inclui uma agenda de cooperação, diálogo e aproximação dos países, primeiramente no âmbito econômico para depois atingir o político ².

Este trabalho conta a história do processo de formação dos blocos econômicos formais e dos fóruns de países organizados para discussões internacionais. O primeiro capítulo traz a história da integração econômica no mundo. O segundo, a teoria dos blocos formais. O terceiro se debruça sobre o Brasil: trata desde a participação no Mercosul até a participação do país em espaços informais de debate.

² Entrevista com o doutor em Sociologia e professor de Relações Internacionais Antônio Jorge Ramalho publicada pela Presidência da República por ocasião da IV Cúpula dos BRICS em Nova Delhi, 29 de março de 2012. Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade. Fonte: Presidência da República. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/na-india-dilma-participa-de-cupula-do-brics-que-vai-discutir-o-estimulo-ao-crescimento-economico/>. Consultado em março de 2012.

Capítulo 1 – A história da formação dos blocos econômicos

Historicamente, a integração econômica se desenhou a partir da aproximação de países geograficamente próximos e com interesses em comum. Ela não foi imposta ou gerenciada por uma potência mundial única.³ Para o teórico Adam Watson, a integração foi produzida pelo jogo livre dos mercados.

No século XIX, a Europa estava mais integrada do que as potências se davam conta e havia uma rede econômica que interligava o mundo. Naquele momento, os europeus conheceram pelo menos quatro experiências de integração, ainda que com características diferentes das que temos hoje. Foram elas: a união aduaneira alemã *Zollverein*, a União Aduaneira Austro-Húngara, a União Italiana; e a União Aduaneira Suíça.⁴

No caso do *Zollverein*, a Prússia usou o poder de chefia que tinha sobre os povos germânicos para propor a união aduaneira que duraria 10 anos. O Acordo Geral do *Zollverein* foi assinado em 23 de março de 1833 por seis Estados: Prússia, Áustria, Baviera, Wurtemberg, Baden e Hesse-Darmstadt. E, mesmo antes disso, os prussianos já tinham lançado o plano para a abolição de obstáculos ao comércio entre os germânicos. Àquela altura, depois das guerras napoleônicas, havia um desejo de união entre os povos irmãos.

A União Aduaneira Austro-Húngara nasceu a partir da dissidência da Áustria que não conseguiu impor seus interesses e nem teve espaço para expor suas divergências à Prússia no bloco do *Zollverein*. Quando a Áustria sai, forma a nova união aduaneira ao lado da tradicional aliada, a Hungria. Inicialmente, há uma tarifa comum aos territórios, que depois sofre várias restrições em razão de medidas protecionistas.

³ WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. Londres: Routledge, 1992. p. 274.

⁴ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 21.

Os Estados da península italiana, apesar de terem ligações históricas e culturais, eram autônomos no início do século XIX. A possibilidade de aproximação surgiu depois que a Áustria concedeu independência à maior parte dos territórios italianos. Além do receio da expansão da *Zollverein*, havia também um interesse em torno de Piemonte, região próspera e industrializada da península. A União Italiana foi um sucesso do ponto de vista político: foram abolidas as tarifas alfandegárias e uma tarifa externa comum passou a vigorar. Contudo houve perdas para a região sul que acabou atrasada economicamente.

A União Aduaneira da Suíça conseguiu unificar os Cantões que antes viviam ameaçados pelos vizinhos, entre eles a Prússia depois do *Zollverein*. Apesar da alternância entre progressos e retrocessos momentâneos, as alfândegas foram eliminadas dentro dos Cantões depois da guerra civil de 1848, quando também foi estabelecido o princípio de uma federação.

Para o pesquisador Laércio Francisco Betiol, seria difícil fazer comparações entre os moldes de integração econômica do presente e do passado porque hoje a política, a economia e as relações internacionais evoluíram e mudaram muito. Ainda assim, é possível dizer que as experiências europeias do século XIX mostram o desejo da aproximação de povos com interesses comuns e que se sentem parte de uma mesma comunidade.

Outro aspecto a se observar são as diretrizes políticas. Também no século XIX, houve o desejo de um Estado dominador e aglutinador que, ao fazer alianças ou ao impor a força, consegue agregar territórios vizinhos.⁵ As formas de integração econômica internacional conhecidas atualmente, no entanto, foram construídas depois das duas Grandes Guerras Mundiais, que marcaram profundamente a história da humanidade.

O século XX começa com um sistema internacional mundial: os europeus, apesar de serem as potências, já compartilhavam a dominância com Estados

⁵ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 29.

Unidos e Japão. Anos mais tarde, a Europa, que levou seu sistema para o mundo, perdeu o comando. Adam Watson afirma que houve “o colapso da dominação europeia”. Os danos das guerras destruíram a capacidade de controle europeu e surge assim gradualmente uma nova sociedade internacional⁶.

A história do pós-guerra apresenta uma onda de institucionalização, reflexo da aproximação dos países e da internacionalização dos problemas. Assim surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), um fórum onde são discutidas as ameaças à segurança do mundo.⁷ O maior contato entre os povos, motivado especialmente pelo desenvolvimento dos meios de transporte e das comunicações, fez com que toda a humanidade se aproximasse. Cresceu a incidência de conflitos de interesse, mas também aumentaram as possibilidades de interesses comuns.

Antes mesmo do fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos planejavam o formato do novo sistema econômico mundial para os tempos de paz. Durante três semanas, os representantes do Tesouro norte-americano, Harry Dexter White, e do britânico, John Maynard Keynes, lideraram as reuniões de mais de 40 países nas montanhas de Bretton Woods, em New Hampshire. Ali foi fechado o Tratado de Bretton Woods, que traçou as normas básicas da nova ordem econômica. As duas principais instituições criadas ali – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – definiram a economia mundial capitalista pelos 25 anos que se seguiram. O sistema de Bretton Woods derrotou o isolacionismo econômico que existia antes da guerra e ainda criou os princípios de cooperação, que ajudariam na solução dos problemas econômicos internacionais do futuro.⁸ Tanto o FMI quanto o Banco

⁶ WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. Londres: Routledge, 1992. p. 277-288 .

⁷ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 7.

⁸ FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo Global: História Econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. p. 275-283

Mundial foram concebidos para promover e monitorar o crescimento econômico, constata Adam Watson⁹.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos eram absolutos no comércio, nas finanças e nos investimentos internacionais. Ainda havia, no entanto, o poder e a influência da União Soviética, também vencedora do nazismo. Estados Unidos e União Soviética, as duas potências vitoriosas, divergiam sobre como deveria se constituir o novo ordenamento mundial. Havia uma confrontação política e ideológica. E é nessa disputa que estão as origens da Guerra Fria.

Destruída e debilitada, a Europa vivia ainda sob a ameaça de ver o domínio soviético se estender sobre o seu território. O primeiro esforço global contra os inimigos da Guerra Fria surge em março de 1947 quando o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, lança a Doutrina Truman. E três meses depois, o secretário de Estado George Marshall anuncia o Plano de Recuperação Econômica para conter o aumento da influência comunista na Europa e garantir a manutenção da democracia.

O Plano Marshall e o programa de ajuda ao Japão – que seguia em paralelo – custaram cerca de US\$ 14 bilhões só em 1948, o equivalente a 5% do PIB dos Estados Unidos naquele ano.¹⁰ Com o Plano Marshall nasceu, em 1948, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE). Assim, surgiu também a moda da cooperação internacional que se multiplicou em diversos segmentos com as organizações de cooperação militar, política, econômica, social, cultural, etc.¹¹

Anos mais tarde, a OECE transformou-se na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que se empregou em ajudar a construir o progresso em regiões subdesenvolvidas, especialmente em territórios

⁹ WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. Londres: Routledge, 1992. p. 423-431.

¹⁰ FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo Global: História Econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. p. 290-291.

¹¹ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 6.

ultramarinos africanos que ainda estavam sob domínio europeu. O anúncio do Plano Marshall também repercutiu no bloco socialista: alguns países sob a influência soviética demonstravam interesse em usufruir dos seus benefícios. A resposta do Leste foi a criação do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM), também chamado de COMECON, que promoveria o desenvolvimento das economias participantes através da cooperação.

Faziam parte da constituição inicial do CAEM, em 1949, a Bulgária, Tcheco-Eslováquia, Hungria, Polônia, Romênia e, o país dominador, a União Soviética – que fazia as manobras convenientes aos seus interesses. Mas praticamente nada foi feito na direção da cooperação econômica entre os países membros durante a primeira fase do CAEM, que não passou de acordos bilaterais de comércio.¹² O movimento de integração econômica foi pequeno se comparado com o que acontecia na Europa Ocidental.

Foram os Estados Unidos os grandes incentivadores da busca de um destino comum para os países europeus do ocidente. Para amenizar o nacionalismo econômico e também para manter a estabilidade do padrão ouro-dólar, então em vigor, os norte-americanos criaram um sistema de compensação multilateral, a União Europeia de Pagamentos, que estimulou a Europa Ocidental a comercializar entre si e criou um ambiente para a promoção da integração econômica e da união política.¹³

A reconstrução necessária do continente europeu no pós-Segunda Guerra serviu também para mostrar às lideranças políticas intelectuais da Europa a necessidade de um “reordenamento nas relações entre os Estados”, afirmam Alfredo da Mota Menezes e Pio Penna Filho.¹⁴ Assim, os líderes europeus começaram a pensar de modo efetivo na integração como forma de solucionar as dramáticas “fraturas políticas” causadas por sentimentos nacionalistas e aspirações hegemônicas.

¹² BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 61-71.

¹³ FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo Global: História Econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. p. 293.

¹⁴ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p. 24.

Um primeiro movimento foi dado em 1948, quando Bélgica, Holanda e Luxemburgo estabeleceram uma união aduaneira batizada de Benelux pela junção das letras iniciais dos países: *Belgique*, *Nederland* e *Luxembourg*.¹⁵ Um ano depois, na Conferência Interministerial de Haia, foi estabelecido pela primeira vez um plano cronológico para se chegar a uma união econômica.

A integração europeia, no entanto, precisava respeitar os acordos firmados no âmbito internacional e o principal deles era o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, em inglês, o GATT, *General Agreement on Tariffs and Trade*, assinado por 24 países em Genebra, em 1947. Para Jeffrey Frieden, o GATT promoveu a liberalização do comércio ao reduzir diversas barreiras comerciais e promover um fórum de negociações e consultas para as nações industrializadas.¹⁶

O acordo previu duas exceções ao princípio de igualdade de tratamento no comércio.¹⁷ Uma delas é o respeito às zonas preferenciais que existiam antes do acordo entrar em vigor. E a outra permite a criação de zonas de livre comércio e uniões aduaneiras. Mais tarde, o GATT deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, que atualmente tem 153 Estados-membros¹⁸.

Entre os processos de integração, o mais profundo e adiantado modelo da atualidade é o da União Europeia, que serviu de exemplo para diversas outras iniciativas, inclusive, o planejamento do Mercosul. Trata-se de uma proposta “arrojada” e “complexa” porque, mais do que um mercado comum e

¹⁵ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 39.

¹⁶ FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo Global: História Econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. p. 293.

¹⁷ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 9.

¹⁸ Organização Mundial do Comércio (OMC). Disponível em: http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm. Consultado em fevereiro de 2012.

uma união econômica e monetária, pretende-se construir uma união política, o último estágio de uma integração completa.¹⁹

O início da história da União Europeia foi marcado com a assinatura do tratado que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951. A impensada aliança entre os históricos rivais França e Alemanha foi proposta do influente político Jean Monnet, um dos fundadores da ideia de uma Europa unida. Foi ele quem propôs ao ministro de Negócios Estrangeiros francês, Robert Shuman, e ao chanceler alemão, Konrad Adenauer, a união dos mercados de aço e carvão. O tratado foi então assinado não só pela França e a Alemanha, mas também por Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. A aliança seria vantajosa também para dar uma unidade aos países europeus que estavam enfraquecidos no cenário internacional.

A integração econômica toma novo fôlego a partir do fim da ordem monetária de Bretton Woods, com o colapso do padrão ouro-dólar nos anos de 1970. A integração foi o rumo tomado não só pela Europa, mas também pelos países industriais avançados. Além disso, a partir de 1985, os países em desenvolvimento abandonaram a política de substituição de importações e se lançaram no caminho das exportações, da abertura dos mercados, das privatizações e da desregulamentação. E, para Jeffrey A. Frieden, aqueles que representaram a integração dos mercados nacionais e globais triunfaram.²⁰

Enquanto revisavam suas políticas macroeconômicas, os países desenvolvidos intensificaram a integração à economia mundial. As inovações tecnológicas do final do século XX também favoreceram esse movimento. Os avanços nas telecomunicações e nos transportes diminuíram os custos das trocas comerciais. As chamadas de longa distância e o despacho de cargas ficaram mais baratos. O preço de embarque de uma tonelada de carga caiu até 75% em um século. E a internet promoveu o acesso instantâneo a informações do mundo inteiro.

¹⁹ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p. 21-22.

²⁰ FRIEDEN, Jeffrey A. *Capitalismo Global: História Econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008. p. 403-408.

Nas décadas de 1980 e 1990, a União Europeia incorporou novos membros e aprofundou a integração econômica no continente. A fusão dos mercados naquele momento era vista como uma forma de rejuvenescer a economia europeia. E os setores mais dinâmicos da economia esperavam um reforço da integração.

Atualmente, depois de diversos acordos firmados ao longo das últimas décadas, a União Europeia tem 27 países membros, inclusive diversos Estados do leste do continente que tinham sido excluídos inicialmente. A Croácia aprovou em referendo o ingresso no bloco em janeiro, mas a entrada ainda depende da ratificação dos demais membros²¹. Apesar da atual crise na Zona do Euro, cujos desdobramentos ainda serão vistos no futuro, os europeus contabilizam o sucesso de uma moeda comum, um parlamento atuante com representantes eleitos e um espírito de comunidade implementado.²²

O caso da União Europeia é também um exemplo dos desafios que rondam a integração de blocos econômicos. Mesmo com os êxitos contabilizados, ainda são diversos dilemas a ser superados. Um primeiro aspecto a ser considerado é o fato de o bloco ainda não agir como um ator internacional integrado e homogêneo. Politicamente, isso ficou evidente na Guerra do Iraque. Alemanha e França se posicionaram contra os Estados Unidos enquanto Inglaterra, Itália e Espanha os apoiaram. A Inglaterra, aliás, tem resistido à integração europeia repetidas vezes. Não adotou, por exemplo, o euro como moeda e manteve a libra esterlina²³.

Apesar dos desafios, todos os continentes atualmente vivem experiências do fenômeno do regionalismo.²⁴ E a ruína do socialismo deu um novo impulso à

²¹ *O Estado de S.Paulo*, 23 jan. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,croacia-aprova-ingresso-na-uniao-europeia-,825982,0.htm>. Consultado em março de 2012.

²² MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p. 21-46.

²³ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p. 42-46.

²⁴ *idem*. p.22.

globalização. Para Amado Luiz Cervo, o fim da Guerra Fria não trouxe o surgimento de novos temas, mas os tirou da camisa de força que os prendia ao mundo bipolar. Houve, portanto, um triunfo do capitalismo que na prática marcou a nova sociedade com a visão predominante do liberalismo, do domínio do mercado e da superioridade militar dos Estados Unidos.²⁵ A globalização produziu uma nova realidade econômica de altos fluxos financeiros, além de um nivelamento comercial em termos de oferta e demanda e uma convergência de processos produtivos e de regulações nos Estados. E essa tendência assistiu ainda ao fenômeno da formação dos blocos econômicos.²⁶

Para David Held e Anthony McGrew, o regionalismo não se deu em detrimento da globalização econômica. Ao contrário, o regionalismo tem facilitado e incentivado a globalização porque proporciona um mecanismo pelo qual as economias nacionais podem se engajar mais estrategicamente nos mercados.²⁷ Além disso, para os autores, os órgãos regionais, desde a União Europeia até o Mercosul, são um conjunto paralelo às instituições globais de gestão econômica, tais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e o grupo das 7 economias mais desenvolvidas do mundo, o G7.

Em síntese, o sistema internacional está mais integrado e seus Estados-membros mais funcionalmente interdependentes, essa é a constatação de Adam Watson.²⁸ A ordem econômica é agora mais integrada e mais administrada por uma diretoria institucionalizada de grandes potências econômicas do que em qualquer outro momento da sociedade de Estados independentes.

²⁵ CERVO, Amado Luiz. A Ação Internacional do Brasil em um Mundo em Transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005) In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. p.7-55.

²⁶ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 45(1): 5-35, ND. 2002 Jun. p. 5-35.

²⁷ HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001. p.58-68.

²⁸ WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. Londres: Routledge, 1992. p. 299-309.

A regionalização e a organização de blocos econômicos surgem, portanto, como uma possibilidade de os países se apresentarem com mais representatividade na comunidade internacional e assim poderem interferir ou, ao menos, participarem das discussões. Do ponto de vista econômico, os blocos se constroem sob a lógica da possibilidade de ganhos. Os países esperam atrair investimentos ao oferecer mercados ampliados e suas próprias empresas adquirem maior competitividade, uma vez que podem se habilitar a competir no mercado mundial em melhores condições.²⁹

²⁹ CARVALHO, Bernardo de Andrade. *A Globalização em Xeque: incertezas para o século XXI*. São Paulo: Atual, 2000. p 54-65.

Capítulo 2 – A teoria da integração econômica

2.1 - Os blocos formais

A integração econômica se dá em diferentes formas e níveis. Algumas são mais modestas, outras mais profundas ou complexas. Os autores Alfredo da Mota Menezes e Pio Penna Filho falam em “gradação” ou “escala” de entrosamento das economias para definir as características ou profundidade da integração.³⁰

Para Laércio Francisco Betiol, a abertura das fronteiras ao comércio exige uma série de medidas para evitar os efeitos de uma repentina retirada de barreiras que poderia trazer prejuízos para a economia, os empresários e os trabalhadores. Por conta disso, prefere-se executar a integração em cinco fases até se atingir a integração econômica total.³¹

O teórico Bela Balassa afirma que são cinco fases de aproximação e cada uma delas representa o grau de integração implementado pelos países. Para o autor, as etapas são seguintes: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e união econômica completa.³²

Em uma área de livre comércio, as tarifas e as barreiras alfandegárias ao comércio são abolidas entre os países. Mas cada um mantém a sua própria taxaçoão contra os não membros. Há, portanto, uma aproximação entre os países, mas ela ainda é incipiente.

Esse primeiro estágio de integração pode ser definido ainda como um acordo preferencial de tarifas.³³ Ao garantir uma taxaçoão menor do que a cobrada

³⁰ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p.1-19.

³¹ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p. 13-20.

³² BALASSA, Bela. *The Theory of Economic Integration*. Homewood: Richard D. Irwin Inc, 1961. p.1-17.

³³ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p.1-19.

dos demais países do comércio internacional, criam uma preferência ao produto daqueles integrados.

A redução de imposto para a importação de mercadorias traz impacto para as economias. Para os Estados, o acordo significa, ainda que momentaneamente, uma menor receita em impostos e, conseqüentemente, um orçamento menor para ser administrado. Para os mercados internos, a zona de livre comércio vai interferir na concorrência entre os produtos nacionais e os estrangeiros³⁴.

A união aduaneira é um passo adiante na integração. Além de eliminar entraves alfandegários entre os membros, existe uma tarifa externa comum aos países integrados que vai ser aplicada aos que estão fora da união aduaneira.

Aqui começa uma integração econômica real. Esse estágio pode ser especialmente complicado para os países em desenvolvimento porque, na maioria dos casos, a indústria e os demais setores da economia ainda não têm envergadura.

Há ainda uma maior interdependência entre os países na união aduaneira. As atitudes ficam mais condicionadas não apenas entre eles, mas também em relação ao exterior já que adotam uma mesma política comercial em relação a terceiros. Nasce com isso a noção de um agrupamento mais consolidado do que na zona de livre comércio.

O mercado comum é estágio ainda mais amadurecido e uma forma mais sólida da integração econômica. Não apenas as restrições ao comércio são eliminadas, mas também as que proíbem ou dificultam o movimento de trabalhadores.

³⁴ BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968. p.13-20.

A livre circulação de mão de obra, serviços, capitais é um “golpe decisivo” no nacionalismo econômico e abre caminho para o trabalhador buscar a melhor oportunidade de emprego e a melhor remuneração na área do mercado comum, na avaliação de Betiol.

E esse é um fator novo de grande controvérsia especialmente para países em desenvolvimento, acreditam Mota Menezes e Penna Filho. Isso porque se as legislações trabalhistas forem muito díspares, uma das economias pode enfrentar o problema de escassez de mão de obra ou o aumento da taxa de desemprego. Existem ainda outros fatores comportamentais e culturais que geram questionamentos.

Já uma união econômica pressupõe que foi formada uma área de livre-comércio, os países adotam uma tarifa externa comum, permitem a circulação de fatores produtivos e, mais do que isso, harmonizam as políticas fiscal e monetária para corrigir eventuais disparidades.

Quando os Estados concordam em coordenar as políticas econômicas, estão convencidos de que atingiram um grau de concórdia e semelhança de propósitos. Uma união econômica pode adotar uma moeda comum. E, nessa fase de integração, os países estão em um ponto de relacionamento em que é impossível um se mover sem o outro.

Os países chegam a uma união econômica completa depois de abolidas as restrições ao comércio, da adoção de uma tarifa externa comum, da livre circulação de trabalho e capital e da coordenação de políticas, falta ainda para uma união econômica completa a unificação das políticas monetária, fiscal, social e de desenvolvimento econômico. Uma autoridade supranacional, superior aos próprios governos centrais em vários aspectos, elabora e aplica as políticas uniformes.

Em uma união econômica completa, os países agem como se fossem um só. Esse último estágio obriga os Estados a renunciar à parte da soberania e da independência. Como explicar então o interesse dos Estados na integração

se, na prática, eles precisam abrir mão de parte do poder que têm? Mota Menezes e Penna Filho afirmam que “uma integração deve acrescentar ganhos econômicos e melhora no bem-estar social dos povos integrados”³⁵. Esse efeito positivo, no entanto, não obrigatoriamente surge logo no primeiro momento.

Uma vantagem esperada ao longo dos anos é que, com a expansão do mercado, as empresas produzam mais e com menor preço. Além disso, cria-se um ambiente favorável para que os produtos sejam melhores e mais competitivos inclusive em outras economias. O cenário também favorece o trabalhador ao proporcionar mais oferta de emprego e melhores salários³⁶.

Do ponto de vista político, os países juntos podem ter mais poder de barganha no cenário internacional. Em um mundo globalizado e integrado, as decisões são muitas vezes tomadas em fóruns internacionais de forma conjunta. Os Estados têm ainda menor possibilidade de protagonizar desentendimentos e tensões.

2.2 - Os grupos informais de países

Além dos modelos formais de integração, como o da União Europeia e do Mercosul, surgiram, depois da Segunda Guerra, os modelos menos formais de Estados integrados em fóruns de discussão. A coordenação econômica, apesar da posição preponderante dos Estados Unidos, incluiu os países que atingiram os níveis políticos e econômicos das sociedades mais desenvolvidas. Para Watson, o mais significativo arranjo para administrar as finanças e o comércio internacionais é o Grupo informal dos Sete, o G7, uma junção de Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

³⁵ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p.5.

³⁶ idem.

O G7, criado nos anos de 1970, permitiu que as principais potências econômicas discutissem e coordenassem de maneira mais ou menos contínua os seus esforços para guiar a economia mundial.³⁷ Era esse grupo de países que fornecia empréstimos e financiava o crescimento nas economias mais fracas. Em troca, exigiam o cumprimento de uma série de normas e regulamentos para o serviço da dívida, a política cambial e o comércio exterior.

Em contrapartida às imposições feitas pelas economias desenvolvidas, os países que recebiam assistência e investimentos formaram o Grupo dos 77, que chegou a ter dois terços dos Estados da sociedade internacional e reivindicava uma distribuição mais justa da riqueza. O que Watson constata é que as pressões de um sistema cambiante transformam algumas instituições econômicas, deixaram outras obsoletas e induziram Estados membros e confederações a experimentar novas instituições.³⁸ O próprio G7, depois de integrar a Rússia, passou a abrir as discussões aos países em desenvolvimento a partir da década de 1990 – quando sofria uma avalanche de críticas e protestos.

³⁷ Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/g20.shtml>. Consultado em fevereiro de 2012.

³⁸ WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. Londres: Routledge, 1992. p. 423-431.

Capítulo 3 - O Brasil na Integração Regional e nos Mecanismos Inter-regionais e Multilaterais

3.1 - A integração regional

A integração econômica esteve fora da pauta da política externa do Brasil durante vários anos. O interesse fundamental do Brasil, desde os tempos de colonização até a metade do século XX, limitou-se praticamente aos países da Bacia do Prata, Argentina, Uruguai, Paraguai e, em certa medida, Bolívia, com os quais havia fronteiras habitadas. Durante o império, a preocupação era manter a navegação pelo rio que abastecia Mato Grosso, Goiás e parte de São Paulo. Com o Brasil independente, nos primeiros anos do século XX, a diplomacia buscou basicamente a definição das fronteiras.³⁹

Algumas oportunidades de aproximação não foram aproveitadas. Nos anos 1950, o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, tentou negociar com Getúlio Vargas uma união aduaneira entre Argentina, Brasil e Chile, mas fatores políticos inviabilizaram a pretensão do chefe de Estado argentino. Antes das integrações em andamento que temos hoje, houve ainda a assinatura do Tratado de Montevideu em 1960. O tratado instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a Alalc, que era uma tentativa de criar uma unidade econômica regional, mas a proposta naufragou anos depois.⁴⁰

Quando a Alalc ruiu, foi criada a Associação Latino Americana de Integração, a Aladi, que era o maior grupo latino-americano de integração com 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 500 milhões de habitantes. A associação, no entanto, não previu prazo para o fim ou a redução da cobrança de taxas e tarifas alfandegárias, promovia apenas a criação de uma área de preferências econômicas na região para a formação de um espaço

³⁹ MONIZ BANDEIRA, L. A. O Brasil e a América do Sul. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v 1. p.267-297.

⁴⁰ MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006. p.12-19.

econômico comum.⁴¹ Era uma tentativa de dizer que os países ainda estavam interessados em uma integração econômica. Para Mota Menezes e Penna Filho, a Aladi teve morno desempenho e quase ninguém percebeu sua atuação.

Uma das travas à integração na América do Sul era o modelo de desenvolvimento econômico dos países: a industrialização pela substituição das importações. Esse modelo era propagandeado, inclusive, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a Cepal, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU). A Cepal pretendia, desde o início, promover o desenvolvimento da região, estimular as relações econômicas entre os países e defender uma união aduaneira na América do Sul⁴².

No entanto, o modelo de industrialização pela substituição de importações acabou por criar projetos nacionalistas pouco interessados em integração. Além de ser adotado no Brasil, o modelo se repetiu na maioria dos países da América do Sul. Aqui, a política começou com a Lei do Similar Nacional, no Estado Novo, e se manteve por longos anos.⁴³ Só com o desenvolvimento da indústria, o Brasil começa a enxergar os vizinhos como potenciais consumidores e ensaia aproximações.

Quando se fala no relacionamento do Brasil com os outros países, até a década de 70, o país alternava-se entre o Primeiro e o Terceiro Mundo tentando tirar algum proveito de sua particular condição: não tão atrasado para integrar o Terceiro Mundo e nem tão avançado para figurar no Primeiro Mundo.⁴⁴ Para Shiguenoli Miyamoto, o Brasil oscilava entre um bloco e outro,

⁴¹ Site Oficial da Associação Latino-Americana de Integração, Aladi. Disponível em: www.aladi.org. Consultado em março de 2012.

⁴² ALMEIDA, Paulo Roberto; CHALOULT, Yves. *Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica*. Rev. bras. polít. int. vol.42 no.2 Brasília July/Dec. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200008&script=sci_arttext. Consultado em fevereiro de 2012.

⁴³ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 205

⁴⁴ MYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as Negociações Multilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), p. 119-137, 2000.

de acordo com as conveniências: queria os benefícios concedidos aos Estados mais pobres e também desejava participar mais ativamente das decisões das grandes potências. E, ainda segundo o autor, a partir dos anos de 1980, quando acabam as ditaduras militares na região, o Brasil desempenhava, como aliás sempre foi desde os anos 1920, o status de potência média.

A estratégia de inserção internacional mudou a partir do fim da ordem bipolar, em 1989. Para Amado Luiz Cervo, no âmbito do multilateralismo, a postura de autonomia deu lugar à postura coletiva no trato de temas da agenda internacional, tanto daqueles negociados na OMC quanto na ONU. Para o autor, foi “uma passagem da ação soberana do Estado para a aceitação do coletivo, chamado de ‘forças da globalização’”⁴⁵ Assim, além da atuação em foros multilaterais ter se acentuado, a postura brasileira foi modificada. Não mais se pretendia mudar a ordem, mas mover-se dentro dela. Os governos perceberam que, no mundo globalizado e interdependente, o Brasil seria capaz de se inserir favoravelmente no contexto mundial se agisse sob este parâmetro.⁴⁶

Para Miyamoto, o Brasil passa a querer marcar sua presença no cenário mundial e se apresentar como um país com aspirações justas e que deseja desempenhar um papel de relevo. Também nesse contexto, a diplomacia reivindica uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que, aumentaria seu prestígio, pelo menos no plano regional.

O principal bloco econômico que o Brasil integra é o Mercosul, que nasceu para ser um mercado comum e, nos moldes da União Europeia, ter uma autoridade supranacional. Entretanto, a integração não se deu na velocidade que se esperava e diversos recuos foram contabilizados. Os problemas que

⁴⁵ CERVO, Amado Luiz. *A Ação Internacional do Brasil em um Mundo em Transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)*. In LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v 1. p.7-55.

⁴⁶ MYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as Negociações Multilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), p. 119-137, 2000.

surgiram, contudo, têm sido resolvidos de forma negociada e nenhum país quis romper com o processo de integração⁴⁷.

3.2 - Mercosul: Mercado Comum do Sul

O primeiro passo bem sucedido na direção de criar uma integração econômica entre o Brasil e a Argentina foi dado pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, que conseguiram fazer com que, pela primeira vez, Brasil e Argentina superassem desconfianças e ciúmes históricos. Os presidentes conseguiram encontrar pontos de vista semelhantes sobre vários temas e acertaram que, a partir dali, ambos passariam a buscar uma atuação conjunta no cenário internacional.

Sarney e Afonsín assinaram, em 30 de junho de 1986, a Ata para a Integração Argentino-Brasileira e Protocolos, que propunha a formação de um mercado comum em dez anos. O presidente do Uruguai, Júlio Sanguinetti, foi convidado para o encontro em Buenos Aires e o entendimento firmado foi o de incluir os uruguaios aos poucos no acordo. Para Amado Luiz Cervo, os acordos Sarney-Alfonsín dos anos oitenta correspondiam “a um projeto neoestruturalista de integração, estratégico do ponto de vista econômico e político”.⁴⁸

Era finalmente a aproximação entre Brasil e Argentina. Para Alcides Costa Vaz, a parceria teve como pano de fundo um sentimento de relativa frustração dos dois países quanto aos intentos, em diferentes momentos, de estabelecer um relacionamento privilegiado com os Estados Unidos e, desse modo, a aproximação não se destinava a representar oposição ou confrontação à diplomacia norte-americana. Ainda para o autor, a integração Brasil-Argentina ganhou um sentido de funcionalidade imediata: passou a representar espaço e oportunidade de aprendizado e adaptação dos setores privados para a abertura econômica e para a exposição à concorrência e

⁴⁷ MENEZES, PENNA FILHO, 2006, p.62.

⁴⁸ CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. Revista Brasileira de Política Internacional. 45(1): 5-35, ND. 2002 Jun. p. 5-35.

também representou uma resposta à formação de blocos econômicos. Assim, o Mercosul constituiria o espaço em que as agendas econômicas domésticas se vinculariam às tendências da economia mundial e a partir do qual os países membros negociariam sua inserção internacional.⁴⁹

Apesar dos dois países ainda manterem, àquela altura, a substituição de importações e o caráter protecionista da cooperação, o entendimento foi um marco na história da aliança. A integração das duas economias, que estava prevista inicialmente para se completar em 10 anos, se intensificou durante a década de 1980 e formou a base para o avanço que viria a seguir.⁵⁰ A convergência de interesses foi apressada com os governos dos presidentes Fernando Collor, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina. Em 26 de março de 1991, Collor e Menem aceleraram os passos da integração ao assinarem com os colegas do Paraguai, Andrés Rodrigues, e do Uruguai, Luís Alberto Lacalle Herrera, o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

A proposta inicial era formar um mercado comum com a livre circulação de mercadorias e pessoas. A maioria dos bens produzidos nos quatro países circularia livremente sem taxações ou impedimentos. O prazo de integração se estenderia até 31 de dezembro de 1994. No final desse ano, o presidente dos Estados Unidos, William Clinton, propôs a formação da Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, que o Brasil rejeitou depois de anos de discussão.

Prevaleceu o entendimento de que a Alca prejudicaria mortalmente a economia nacional. Para Paulo Nogueira Batista Jr., uma área de livre comércio com os Estados Unidos produziria efeitos destrutivos em boa parte do sistema produtivo brasileiro, especialmente nos setores em que as empresas norte-americanas têm primazia – como bens de capital,

⁴⁹ VAZ, Alcides Costa. *Parcerias Estratégicas no Contexto da Política Exterior Brasileira: implicações para o Mercosul*. Revista Brasileira de Política Internacional: vol 42, 1999. p. 52-80.

⁵⁰ ONUKI, Janina. O Brasil e a Construção do Mercosul. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v 1. p.299-320.

componentes eletrônicos, química, eletrônica de consumo, software e informática. Segundo ele, “a economia brasileira tenderia a regredir à condição de economia agrícola ou agroindustrial e produtora de bens industriais leves ou tradicionais”.⁵¹

Ao renunciar à Alca, o Brasil fez claramente a opção de fortalecer o Mercosul. A cooperação regional e inter-regional tinha se tornado uma prioridade da política externa brasileira.⁵² A participação em blocos regionais ou inter-regionais fazia parte da estratégia global brasileira de que, isoladamente, o país não conseguiria projetar-se da maneira como desejava. Naquele momento, o Brasil exerceu o papel de liderança na América do Sul – aceito também pelos demais atores do bloco que já não enxergam o país com a desconfiança de antes.⁵³ No fim dos anos 1990, a Venezuela se alia ao posicionamento brasileiro de crítica a Alca e formaliza o pedido de ingresso no Mercosul. O país ainda aguarda a aprovação do parlamento do Paraguai para se tornar membro pleno do bloco.⁵⁴

O Mercosul cresceu em credibilidade perante a comunidade internacional quando, em 1995, assinou com a União Europeia o Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional. Além de constituir uma alternativa à Alca, as negociações com a União Europeia serviram de contrapeso nas tratativas entre o Brasil e os Estados Unidos.⁵⁵ As negociações de um acordo de livre-comércio entre os blocos, suspensas desde 2004, foram retomadas em 2011.⁵⁶

⁵¹ BATISTA JR, Paulo Nogueira. *A Alca e o Brasil*. av. [online]. 2003, vol.17, n.48 [cited 2012-04-03], pp. 267-293 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200021&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200021>. Acesso em abril de 2012.

⁵² MYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e as Negociações Multilaterais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), p. 119-137, 2000.

⁵³ MONIZ BANDEIRA, MONIZ BANDEIRA, L. A. O Brasil e a América do Sul. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v 1 p.277-281.

⁵⁴ *Folha de S.Paulo*. 6 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/18490-mercado-aberto.shtml>. Consultado em fevereiro de 2012.

⁵⁵ MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo. A Alca e a Política Externa Brasileira. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. v 1. p.321-356.

⁵⁶ Agência Brasil. 2 de outubro de 2011. Disponível em: [http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-02/dilma-tenta-destravar-acordo-de-livre-](http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-02/dilma-tenta-destravar-acordo-de-livre)

Ao longo da existência, o Mercosul sofreu com os golpes das crises domésticas. Um dos severos testes foi a crise cambial brasileira que culminou com a desvalorização do Real, em janeiro de 1999. Até a integridade do bloco esteve ameaçada, o que não aconteceu em parte porque o Governo brasileiro conseguiu conter os efeitos mais sérios e também por conta do fato concreto de o Mercosul ter construído uma dimensão política – e não apenas econômica⁵⁷.

Dez anos depois de sua criação, Alcides Costa Vaz apontaria a contradição que era o Mercosul àquela altura: o bloco atravessava sua mais abrangente e profunda crise, mas exibia, ao mesmo tempo, resultados que o diferenciavam de quaisquer outras iniciativas de integração econômica empreendidas na América Latina. O autor afirmou que o bloco era o resultado de uma integração complexa, materializado em uma união aduaneira imperfeita.⁵⁸

Para Amado Cervo, o processo de integração do Mercosul teve três fases: a embrionária e produtiva entre 1986 e 1991; a liberal e comercialista, entre 1991 e 2002; e a de maturação da interdependência, de 2003 até os dias atuais.⁵⁹ Neste momento, portanto, os desafios ainda se mostram evidentes. Apesar da expansão do fluxo de comércio entre os países do Mercosul, são muitas as assimetrias. O Brasil resiste em atender às reivindicações do principal parceiro, a Argentina. Além disso, existem inúmeros contenciosos comerciais e não há uma estrutura institucional para resolver os conflitos. A falta de institucionalização é também resultado da postura dos Estados que não querem abrir mão de parte da soberania em favor da integração.

A incompatibilidade de políticas monetária e cambial é outra fragilidade que gera constantes crises. Para alguns parceiros, o Brasil tem mais ambições do que recursos para investir na regionalização. Para outros, a postura brasileira

comercio-com-europeus-e-vai-oferecer-ajuda-para-enfrentar-crise. Consultado em fevereiro de 2012.

⁵⁷ ONUKI, 2006, p.311-313.

⁵⁸ VAZ, Alcides Costa. *Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?* Revista Brasileira de Política Internacional. vol.44 no.1 Brasília Jan./June 2001.

⁵⁹ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.*São Paulo: Saraiva, 2008, p.163.

é interpretada como um projeto imperialista já que o país tem o maior peso econômico do bloco. O Brasil detém cerca de 75% do PIB do Mercosul, a Argentina representa menos de 23%, o Uruguai têm 1,5% e o Paraguai, 0,7%. Existe ainda uma grande dificuldade de conciliar objetivos de política externa com os projetos regionais. Faltam ser alinhados muitos interesses e construir infraestrutura. A integração dos povos e o engajamento de empresários e da sociedade civil também estão aquém do desejado. A execução do projeto inicial de criar um mercado comum ainda parece distante de se tornar realidade.

As diplomacias ainda se recusam a sacrificar a soberania nas políticas públicas internas e externas, o que impede a coordenação de políticas macroeconômicas e a negociação conjunta em foros como a OMC e o FMI, essa é a avaliação de Amado Luiz Cervo. Mais do que isso, medidas unilaterais desmoralizaram o mecanismo da tarifa externa comum que havia sido implantada. Faltaram ainda mecanismos de superação das desigualdades entre os membros. Para o autor, ao passar da condição de zona de livre comércio para uma união aduaneira sem instituições comunitárias, o Mercosul criou a contradição de essência.⁶⁰

Apesar das fraquezas, a integração no Cone Sul aproximou o sentimento nacional de brasileiros e argentinos em uma dimensão humanista a dar inveja aos franceses e alemães, afirma Cervo. As novas condições psicossociais ajudaram na criação de uma zona de paz no Cone Sul que causou impacto positivo sobre toda a América do Sul. Brasil e Argentina deixaram de lado uma rivalidade histórica, abandonaram a corrida armamentista e implantaram um sistema de confiança mútua por meio de instrumentos jurídicos e operacionais.

A aproximação trouxe inquestionáveis ganhos comerciais aos países. O comércio passou de 4,1 bilhões de dólares em 1990 para 18,2 bilhões de dólares em 2000. No período, as exportações do bloco cresceram 50% e as

⁶⁰ CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional. 45(1): 5-35, ND. 2002 Jun. p. 5-35.

importações 180%. Para Cervo, “o regionalismo aberto provocou um desvio de comércio, extremamente oportuno para economias incapazes de elevar-se à competitividade sistêmica global”. O Mercosul como sujeito de direito internacional permitiu ainda aos países negociarem sobre a arena internacional. Como o segundo mercado comum do mundo, o bloco produziu externamente, ainda de acordo com Cervo, uma imagem positiva acima da própria realidade e fortaleceu seu poder de barganha como bloco e o de seus membros isoladamente.

3.3 - Demais esforços de integração regional

Especialmente durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um esforço de priorizar a construção de uma liderança brasileira na América do Sul em várias frentes, fortalecendo as instituições regionais.⁶¹ Foi também na direção de fortalecer as relações entre os países da região que o Brasil propôs, em 2008, a realização da I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, a CALC.

A Cúpula teve a participação dos trinta e três países que compõem a América Latina e o Caribe: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.⁶²

O tema principal da I CALC foi a integração e o desenvolvimento sustentável. Na “Declaração de Salvador”, assinada ao final do encontro, a integração regional, a cooperação, o desenvolvimento sustentável, a erradicação da

⁶¹ SARAIVA, Miriam Gomes. *Política externa brasileira para a América do Sul durante o governo Lula: entre América do Sul e Mercosul*. Revista Brasileira de Política Internacional. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300009&lang=PT. Consultado em março de 2012.

⁶² Ministério das Relações Exteriores. *A América do Sul e Integração Regional*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/calc>. Consultado em março de 2012.

pobreza e a promoção da justiça social e a democracia foram lembradas como principais temas a serem levados adiante. A reunião ministerial preparatória para a II CALC, em 2009, na Jamaica, aprovou o “Plano de Ação de Montego Bay”. A agenda de cooperação, no entanto, foi assimilada no processo de constituição da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos, a CELAC.⁶³

A CELAC foi criada na “Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe”, realizada no México, 2010. A proposta da CELAC era de partir da base construída pelo Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, conhecido como Grupo do Rio. Com isso, naquele momento, eram dezenove parceiros de diálogo com o Grupo do Rio, que foram herdados pela CELAC: União Europeia, Conselho de Cooperação do Golfo, China, Rússia, Canadá, Índia, Japão, Coreia do Sul, ASEAN, Israel, Ucrânia, Liga Árabe, G-77, Grupo GUUAM (Geórgia, Ucrânia, Uzbequistão, Azerbaijão e Moldova), CEI, Austrália, EUA e União Africana.

Já a União de Nações Sul-Americanas, a Unasul, criada em reunião de chefes de Estado e de Governo em Brasília, em 2008, propôs-se a constituir um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político. O Tratado Constitutivo da Unasul foi assinado por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela para fortalecer a integração política, promover a cooperação econômica e comercial e ainda o intercâmbio em matéria de defesa.⁶⁴

3.4 - Mecanismos Inter-regionais e multilaterais

Nos últimos anos, a diplomacia do Brasil construiu um processo de alianças e coalizões com parceiros ainda que geograficamente distantes do seu território. O IBAS, fórum de diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul; o bloco

⁶³ Ministério das Relações Exteriores. A América do Sul e Integração Regional. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/celac>. Consultado em março de 2012.

⁶⁴ Tratado Constitutivo da UNASUL. 23 maio 2008. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/tratado-constitutivo-da-unasul>. Consultado em março de 2012.

BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul; e o G20, grupo de países em desenvolvimento, são exemplos dessa modalidade.

Na avaliação do pesquisador Marcelo Fernandes de Oliveira, o Brasil demonstrou – durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva – um protagonismo internacional, cuja origem parece estar na tradição da política externa brasileira, caracterizada como nacional-desenvolvimentista. Para o autor, os desdobramentos práticos dessa política externa estão consolidados não só na formação do IBAS e do G20, mas também na aproximação com países africanos e árabes, na participação no G4 em que Alemanha, Brasil, Índia e Japão buscaram a reforma no Conselho de Segurança da ONU.⁶⁵

O IBAS foi estabelecido em 2003, quando foi emitido o primeiro documento do grupo que pretende ser um mecanismo de coordenação entre os três países emergentes. A aproximação entre os países começou antes, quando a diplomacia comercial dos Estados Unidos levou uma discussão de patentes farmacêuticas até a OMC.⁶⁶ Desde então, Índia, Brasil e África do Sul tentam buscar interseções para combinar posicionamentos políticos em foros multilaterais. Além disso, criaram o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza.⁶⁷

Os interesses de países emergentes aproximaram ainda economias representadas no G20, grupo criado em 1999 em resposta a crise financeira asiática de 1997. O G20 é formado pelo G8 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia), além de Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, Coreia do Sul, África do Sul, Turquia e União Europeia. Desde a criação, o G20 realiza

⁶⁵ OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G20*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.48 no.2 Brasília Jul/Dez 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200003&lang=PT. Consultado em março de 2012.

⁶⁶ OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G20*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.48 no.2 Brasília Jul/Dez 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200003&lang=PT. Consultado em março de 2012.

⁶⁷ Ministério das Relações Exteriores. A América do Sul e Integração Regional. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-IBAS>. Consultado em março de 2012.

reuniões anuais de ministros das finanças e presidentes de bancos centrais para discutir medidas para promover a estabilidade financeira mundial e o crescimento econômico sustentável. As economias desse fórum somam 85% do PIB mundial.⁶⁸

Durante a crise financeira de 2008, o G20 foi chamado para intensificar a cooperação internacional e adquiriu grande importância política como um fórum para a governança econômica global. Diferentemente de organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial, o G20 não tem pessoal permanente. A presidência do grupo é anual e rotativa dentre os membros, o Brasil esteve na presidência da organização em 2008 e priorizou o debate sobre a regularização financeira e as políticas anticíclicas.⁶⁹

Outro bloco que o Brasil integra é o do BRICS, agrupamento de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O projeto do bloco nasceu de um relatório do economista-chefe do banco de investimentos Goldman Sachs. Jim O'Neil, publicado em 2001, que enxergou em Brasil, Rússia, Índia e China (o texto não incluiu a África do Sul) um potencial de crescimento econômico surpreendente. Os países se reuniram em 2006 e o conceito do bloco foi formalmente incorporado à política externa brasileira.

Foi da Rússia⁷⁰ a iniciativa de juntar as chancelarias de um grupo de países que, até então, se encontravam apenas nas publicações de economia e cadernos de jornais. Em 2011, a África do Sul foi convidada a participar do bloco por ocasião da III Cúpula dos BRICS em Sanya, na China. Os BRICS, por enquanto, não demonstraram interesse em formar uma integração econômica complexa, nem mesmo ter uma área de livre comércio. As conversas giram ainda em torno de tentar identificar convergências em

⁶⁸ SAGUIER, Marcelo. *Global economic governance in the G20: perspectives on a working agenda*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.19 no.38 México jul./dic. 2011.

⁶⁹ Banco Central do Brasil. Grupo dos 20 (G20). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?G20>. Consultado em março de 2012.

⁷⁰ Entrevista à autora com o embaixador Gilberto Moura, chefe do Departamento de Mecanismos Inter-regionais e chefe da Divisão IBAS e BRICS no Ministério de Relações Exteriores, Brasília, julho de 2011.

relação a temas diversos e ampliar contatos e cooperação em setores específicos.⁷¹

Acadêmicos veem com ceticismo a junção de países diferentes e distantes para uma integração econômica mais evidente:

“É difícil acreditar que países distantes buscariam meios de se integrar. Imaginar que o Brasil um dia poderá se integrar com a Coréia do Sul é irrealista. O comércio entre os dois lados pode aumentar, mas acreditar que haverá uma aproximação mais efetiva, como requer uma integração econômica, vai uma distância maior do que os oceanos que nos separam.” (MENEZES; PENNA FILHO, 2006; p. 12).

Ao mesmo tempo em que seria difícil imaginar uma integração econômica entre os países do BRICS, o peso econômico dos cinco juntos é evidente. Entre 2003 e 2007, o crescimento representou 65% da expansão do PIB mundial. Em 2010, o PIB conjunto totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Para 2012, a estimativa do FMI é de que o bloco represente 56% do crescimento do PIB mundial.⁷² E, apesar dos países juntos ainda demonstrarem pouco entrosamento político, o comércio entre eles aumentou em uma proporção de quase dez vezes em nove anos. Os negócios intra-BRICS passaram de US\$ 27 bilhões, em 2002, para estimados US\$ 250 bilhões, em 2011.

A última reunião do bloco, a IV Cúpula do BRICS, em Nova Delhi, na Índia, parece ter evidenciado, mais uma vez, a dificuldade de coordenar posicionamentos. A presidenta do Brasil, Dilma Rousseff; o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh; o presidente da África do Sul, Jacob Zuma; o presidente da China, Hu Jintao; e o presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, não firmaram consenso em torno de nenhum candidato para o cargo de

⁷¹ Ministério das Relações Exteriores. A América do Sul e Integração Regional. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Consultado em março de 2012.

⁷² Ministério das Relações Exteriores. A América do Sul e Integração Regional. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>. Consultado em março de 2012.

presidente do Banco Mundial e sequer convergiram sobre a criação de um Banco de Desenvolvimento do BRICS voltado para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável em países do agrupamento e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento.⁷³

Apesar das divergências, o BRICS é uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre os países que representam 43% da população do mundo. O Brasil permanece disposto a buscar uma forma de articulação, como demonstra a declaração feita à imprensa pela presidenta Dilma Rousseff ao fim da IV Cúpula:

“O cenário internacional e a crescente importância dos nossos países requerem novas formas de articulação, e os BRICS constituem uma plataforma extraordinária para se articular relações multilaterais.”⁷⁴

Para Antonio Jorge Ramalho, o ambiente criado pelo BRICS inclui uma agenda de cooperação, diálogo e aproximação dos países, primeiramente no âmbito econômico para depois atingir o político. Para ele, o BRICS permite que os países que o compõe se apresente ao mundo como potências mais responsáveis, previsíveis e cautelosas.⁷⁵

⁷³ Declaração de Nova Delhi, por ocasião da IV Cúpula dos BRICS em Nova Delhi, 29 de março de 2012. Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade. Fonte: MRE. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-nova-delhi-29-de-marco-de-2012-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi>. Consultado em março de 2012.

⁷⁴ Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após a IV Cúpula do BRICS, em Nova Délhi-Índia, 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-a-iv-cupula-do-brics>. Consultado em março de 2012.

⁷⁵ Entrevista com o doutor em Sociologia e professor de Relações Internacionais Antônio Jorge Ramalho publicada pela Presidência da República por ocasião da IV Cúpula dos BRICS em Nova Delhi, 29 de março de 2012. Parceria dos BRICS para a Estabilidade, Segurança e Prosperidade. Fonte: Presidência da República. Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/na-india-dilma-participa-de-cupula-do-brics-que-vai-discutir-o-estimulo-ao-crescimento-economico/>. Consultado em março de 2012.

Considerações Finais

A integração econômica não foi imposta ou gerenciada por uma potência única, ela foi produzida pelo jogo livre dos mercados. Na Europa, o fenômeno da integração começou ainda no século XIX. A aproximação dos países tomou novo impulso depois da Segunda Guerra Mundial. Devastados pelos anos em conflito, os líderes europeus viram na integração uma forma de solucionar fraturas políticas causadas por sentimentos nacionalistas e aspirações hegemônicas.

Com o fim da Guerra Fria e o triunfo do capitalismo e do liberalismo econômico, a globalização produziu uma nova realidade econômica de altos fluxos financeiros e de mercados interconectados que favoreceu a formação dos blocos econômicos. Os estágios ou as gradações de uma integração econômica formal são: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e união econômica completa.

A coordenação econômica, apesar da posição preponderante dos Estados Unidos, incluiu também os países que atingiram os níveis políticos e econômicos das sociedades mais desenvolvidas. O G7, nesse sentido, é um dos arranjos para administrar as finanças e o comércio internacionais. A dinâmica de uma economia mais interligada e interdependente induziu Estados membros e confederações a experimentar novas instituições e novas estruturas informais de governança econômica. O próprio G7, depois de integrar a Rússia, passou a abrir as discussões aos países em desenvolvimento.

A integração econômica esteve fora da pauta da política externa do Brasil durante vários anos. Na América do Sul, algumas experiências de integração, como a Alalc, fracassaram por falta de entendimento político entre os parceiros. A estratégia brasileira de inserção internacional mudou a partir do fim da ordem bipolar, em 1989. A diplomacia adotou uma postura coletiva no trato de temas da agenda internacional, tanto daqueles negociados na OMC quanto na ONU.

O principal bloco econômico que o Brasil integra é o Mercosul, que nasceu para ser um mercado comum e, nos moldes da União Europeia, ter uma autoridade supranacional. A integração, entretanto, não se deu na velocidade que se esperava e diversos recuos foram contabilizados. O processo de integração do Mercosul está neste momento na fase de maturação da interdependência. Os desafios ainda se mostram evidentes; mas o bloco conseguiu fortalecer seu poder de barganha e o de seus membros.

Nos últimos anos, a diplomacia brasileira trabalhou para construir um processo de alianças e coalizões com parceiros ainda que geograficamente distantes do seu território na tentativa de demonstrar um protagonismo internacional. Ao lado de Índia e África do Sul, o Brasil participa do fórum IBAS. O país busca também uma forma de articulação no agrupamento do BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Apesar de o agrupamento não formar um organismo internacional formal e nem um bloco econômico típico, o grupo BRICS desfila como um fórum informal de cooperação e uma oportunidade para os cinco países tentarem atuar juntos com mais peso no cenário internacional.

O ambiente criado pelo BRICS pauta uma agenda de cooperação, diálogo e aproximação dos países. Para a presidenta Dilma Rousseff, a crescente importância dos cinco países requer novas formas de articulação. Neste sentido, o agrupamento é uma plataforma de articulações multilaterais no cenário internacional.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto; CHALOULT, Yves. *Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica*. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.42 no.2 Brasília July/Dec. 1999.

BALASSA, Bela. *The Theory of Economic Integration*. Homewood: Richard D. Irwin Inc, 1961.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. *A Alca e o Brasil*. Estud. av. [online]. 2003, vol.17, n.48, pp. 267-293.

BETIOL, Laércio Francisco. *Integração Econômica e União Política Internacionais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1968.

CARVALHO, Bernardo de Andrade. *A Globalização em Xequê: incertezas para o século XXI*. São Paulo: Atual, 2000.

CERVO, Amado Luiz. *A Ação Internacional do Brasil em um Mundo em Transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)* In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso*. Revista Brasileira de Política Internacional. 45(1): 5-35, ND. 2002 Jun.

_____. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008, p.163.

FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo Global: História Econômica e política do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

HELD, David; MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo Econômico*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo. *A Alca e a Política Externa Brasileira*. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. *Integração Regional: os Blocos Econômicos nas Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *O Brasil e a América do Sul*. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MYAMOTO, Shiguenoli. *O Brasil e as Negociações Multilaterais*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), p. 119-137, 2000.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G20*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.48 no.2 Brasília Jul/Dez 2005.

ONUKI, Janina. *O Brasil e a Construção do Mercosul*. In: LESSA, Antonio Carlos; Altemani, Henrique (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAGUIER, Marcelo. *Global economic governance in the G20: perspectives on a working agenda*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.19 no.38 México jul./dic. 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Política externa brasileira para a América do Sul durante o governo Lula: entre América do Sul e Mercosul*. Revista Brasileira de Política Internacional.

VAZ, Alcides Costa. *Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade?* Revista Brasileira de Política Internacional. vol.44 no.1 Brasília Jan./June 2001.

_____. *Parcerias Estratégicas no Contexto da Política Exterior Brasileira: implicações para o Mercosul*. Revista Brasileira de Política Internacional: vol 42, 1999.

WATSON, Adam. *The Evolution of International Society: a comparative historical analysis*. Londres: Routledge, 1992.

Sites consultados

Agência Brasil: www.agenciabrasil.ebc.com.br.

Associação Latino-Americana de Integração (Aladi): www.aladi.org

Banco Central do Brasil: www.bcb.gov.br

Folha de S.Paulo www.folha.uol.com.br

Ministério das Relações Exteriores: www.itamaraty.gov.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

Organização Mundial do Comércio (OMC): www.wto.org

Presidência da República: www.planalto.gov.br

Revista Veja: www.veja.abril.com.br